

PLANO REAL: MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO

Alan Teixeira

Graduando em Direito - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMES/BJI),
mcatteixeira281@gmail.com

Gustavo Lafaete Alvarenga

Graduando em Direito - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMES/BJI),
gustavoalvarengagustavo@gmail.com

Neuza Maria de Siqueira Nunes

Mestra em Economia Empresarial, Professora de Economia na Graduação em Direito e
Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMES/BJI),
neuzamsnunes@gmail.com

Maria Margarete Salvate Brasil

Mestra em Língua Portuguesa, Professora de Língua Portuguesa na Graduação em Direito
e Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMES/BJI),
margarete_sb@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo abordar o Plano Real, um programa brasileiro de estabilização econômica iniciado em 1994, que promoveu o fim da inflação elevada no Brasil. A situação econômica do país se caracterizava pela alta taxa de inflação e de desemprego. A política monetária estava comprometida pelo baixo poder de compra da moeda brasileira que estava enfraquecida. As medidas estabelecidas pelo plano resultaram na estabilidade econômica e no crescimento econômico. Conclui-se que, após quatro anos de implantação do plano econômico, o mercado de trabalho voltou a crescer com aumento do emprego e com o governo conseguindo diminuir a inflação sem provocar recessão, além de aumentar o poder aquisitivo da população, ocasionando crescimento de consumo e melhorando o quadro macroeconômico em direção à recuperação da atividade econômica.

Palavras-chave: Plano Real, mercado de trabalho, desemprego.

Abstract: The present study aims to address the Real Plan, a Brazilian economic stabilization program started in 1994, which prompted the end of high inflation in Brazil. The country's economic situation was characterized by high inflation and unemployment. Monetary policy was compromised by the low purchasing power of the weak Brazilian currency. The measures set forth by the plan have resulted in economic stability and economic growth. It is concluded that after four years of implementation of the economic plan, the labor market resumed growth with an increase in employment and with the government succeeding in reducing inflation without causing a recession, besides increasing the purchasing power of the population, causing an increase in consumption and improving the macroeconomic framework towards the recovery of economic activity.

Keywords: Real Plan, labor market, unemployment.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Real foi um programa brasileiro de estabilização econômica iniciado em 1994 que promoveu o fim da inflação elevada no Brasil. O cenário econômico logo após a implantação do plano caracterizava-se pela alta taxa de desemprego.

O ambiente do mercado de trabalho brasileiro em 2017 revela um processo contínuo de deterioração do emprego bem similar ao do Plano Real. O desemprego é um “fantasma” que assola e desespera a realidade dos trabalhadores em todo o mundo e, principalmente, os do Brasil.

Antes do Plano Real, criado em 1994, o país se encontrava em crise. A moeda brasileira estava fraca, com pouco poder de compra, mas o país, como um todo, sofreu com o que chamamos de efeito dominó por causa da corrupção, má administração do poder público e sonegações. Esses fatores contribuíram para o desemprego, pois, a falta de recursos incide diretamente e indiretamente nos investimentos de todas as classes e setores que geram empregos. Quanto menos investimento, menor a fabricação de produtos, menor as vendas, ou seja, menos emprego afetando a vida de muitos trabalhadores. As medidas adotadas no primeiro momento do plano real aumentou o desemprego, mas, com a estabilidade econômica, voltou a crescer a economia e o desemprego começou a retroceder.

Na atualidade, o país passa pelo mesmo problema de desemprego. Os dados de 2017 revelam o maior índice de desemprego desde a criação do plano real. Mas, as projeções apontam que em 2018 os índices começarão a diminuir.

Para o presente trabalho, o método utilizado para a elaboração foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado e, em dados baseados em fonte de pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2 FATORES ESTRUTURAIS DA CRISE DE 90

A década de 90, segundo Deddeca (2005), havia esperança para a retomada da trajetória de crescimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda, mas o período foi quase de estagnação, desemprego e aumento da desigualdade social. No início dos anos 90, a política adotada possibilitou uma forte exposição externa da base produtiva local e tentou reduzir a resistência aos projetos

de flexibilização do sistema social inscritos na Constituição de 1988. A política de proteção econômica e social existente levou o país a uma grave recessão. Com essa recessão econômica, a produção e o emprego industriais caíram elevando o desemprego. Na época, não foi possível a entrada de capitais para o financiamento do déficit nas contas externas pela ausência de crédito internacional.

Em 1994, houve implantação do Plano Real cujo sucesso esteve ligado a uma grande injeção de recursos externos. Após uma década de inflação elevada, a estabilização dos preços permitiu o fim da corrosão da renda dos assalariados e viabilizou os mecanismos de crédito ao consumo. O impacto do plano sobre o desempenho da atividade econômica foi positivo, mas verificou-se uma contínua deterioração do nível de emprego seguida de uma tendência de crescimento de desemprego. A queda do emprego industrial direcionava para o trabalho informal na área de serviços, que na sua maioria é caracterizado pela falta de proteção social. O modelo de regulação do mercado e das relações de trabalho antes do Plano Real impedia a concorrência e era visto como um entrave à modernização do país. A necessidade de flexibilizar o modelo de regulação tinha como objetivo a adaptação às novas condições de funcionamento da economia.

No Plano Real houve a implementação das medidas de política monetária contracionista, dos juros altos, do arrocho fiscal e do aumento da carga tributária. As baixas taxas de investimento e as constantes crises financeiras internacionais fizeram com que a economia ficasse estagnada, tendo, como consequência, o crescimento do desemprego. Dessa forma, o desemprego passou a ser o mais grave problema econômico e social do país. A estagnação econômica vivida pelo país no período gerou elevação do desemprego, um mercado informal imenso e uma grave crise social, além da elevada vulnerabilidade externa da economia brasileira e a explosão da dívida pública. (OLIVEIRA, 2004, s. p.)

Vale ressaltar que o Plano Real foi instituído para estancar a inflação que já se perdurava há mais de trinta anos no país. O plano foi um marco, pois acabou com a inflação e promoveu o avanço econômico do país, gerando mais sustentabilidade, mais empregos e assim possibilitando a população viver com mais dignidade.

O Plano Real assegurou que a inflação tivesse trajetória declinante e que houvesse o crescimento sustentado a longo prazo do PIB, dos investimentos, do emprego e da produtividade, assim como a redução dos desequilíbrios sociais de maneira relevante. A queda da inflação beneficiou principalmente a população

pobre, que não tinha como se defender da corrosão do poder de compra do salário ocasionado pelo processo de hiperinflação. No período, a cesta básica subiu menos que a inflação e até menos que a elevação do valor do salário mínimo. (OLIVEIRA, 2004, s. p.)

Na atual conjuntura, o cenário é semelhante ao da implantação do Plano Real. De acordo com os estudos da OIT, em 2017 haverá 201,1 milhões de pessoas sem emprego no mundo, significando que para cada 3 novos desempregados no mundo, um desempregado será brasileiro.

Sobre o crescimento econômico, de acordo com o diretor geral da OIT, Guy Ryder, relata que:

O crescimento econômico segue decepcionante e é menor do que o esperado, tanto em nível quanto em grau de inclusão. Isso delinea um quadro preocupante para a economia mundial e sua capacidade de criar empregos suficientes, muito menos empregos de qualidade. A persistência de altos níveis de formas vulneráveis de emprego, associadas a uma evidente falta de avanços na qualidade dos empregos – mesmo em países onde os números agregados estão melhorando – é alarmante. Temos de garantir que os ganhos do crescimento sejam compartilhados de forma inclusiva. (G1.GLOBO, 2017, s. p.)

Percebe-se que não só no Brasil, mas também, no mundo inteiro, o crescimento do desemprego é um problema. Ainda, segundo o estudo da OIT, sobre o desemprego:

Estima-se que o Brasil terá 1,2 milhão de desempregados a mais na comparação com 2016, passando de um total de 12,4 milhões para 13,6 milhões e chegará a 13,8 milhões em 2018. Em termos absolutos, o Brasil terá a terceira maior população de desempregados entre as maiores economias do mundo, superado apenas pela China e Índia. (G1.GLOBO, 2017, s. p.)

Assim, nota-se que vários países também atravessam a crise de desemprego. No Brasil atual, a situação é mais delicada, pois, segundo os dados sobre o desemprego, só perde para países com a população maior que a sua, caso da China e Índia que possuem números de habitantes elevados.

Para a retomada do crescimento no Brasil, foi necessária a adoção de políticas neoliberais, iniciadas no governo Collor e que no governo de Itamar Franco, mais notadamente, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, ministro da fazenda, passaram a ser inseridas definitivamente no país.

Dessa forma, antes da implantação do Programa de Estabilização

Econômica, o Plano Real em 1994, houve intensificação do processo de abertura econômica iniciada na década de 90, que significou liberalização comercial até então sem precedentes na história do Brasil. Uma das medidas adotadas, segundo Jornada (2004), foi a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias com forte impacto na balança comercial, ocasionando um aumento da participação das exportações e das importações no PIB nacional. A entrada volumosa dos produtos importados no mercado brasileiro demandou nas indústrias um processo de reestruturação, tanto no sistema organizacional quanto na tecnologia para que os produtos brasileiros tornassem mais competitivos, o que no primeiro momento resultou na eliminação de milhares de postos de trabalho.

O controle da inflação, que estava presente desde o final da década de 1970 na economia brasileira, foi conseguido com a adoção do plano. Para Jornada (2014):

O Plano Real surgiu num contexto de descontrole inflacionário como um instrumento de estabilização dos preços internos, fundamentado na articulação entre o aumento acelerado das importações e a absorção de recursos estrangeiros, para fechar o rombo que se abriria nas contas externas. O eixo da política econômica foi a “âncora cambial”-a sustentação da valorização da moeda nacional-, associada a uma política de juros elevados, o que propiciou a maior competitividade dos produtos importados e, em consequência, demandou ajustes profundos em termos de aumento da produtividade, afetando intensamente o desempenho do mercado de trabalho. (JORNADA, 2004, p. 224)

Ainda de acordo com a autora, o período teve características distintas na conjuntura econômica do Plano Real. No primeiro momento, ocorreu a valorização da moeda e a redução dos preços dos produtos importados; no segundo, o governo adotou o sistema de metas de inflação que tornou o câmbio flutuante, inaugurando uma nova fase na política macroeconômica.

3 O MERCADO DE TRABALHO

O estudo do mercado de trabalho vem acompanhado de polêmicas no campo da economia, de acordo com Nunes (2011), desde o nascimento da ciência e remota aos estudos de Adam Smith. A grande dificuldade está em definir o trabalho como uma mercadoria como outra qualquer e que, sendo assim, teria um preço definido por sua oferta e demanda. A importância do mercado consiste no fato dele ser o ambiente onde os indivíduos transacionam sua capacidade laboral a preços determinados. O mercado de trabalho além do aspecto de natureza econômica pode

ser considerado um espaço fundamental de socialização do indivíduo para promover a equidade e o bem-estar da sociedade.

Segundo Maia (2006 *apud* Nunes, 2011, p. 70), a década de 90 teve como característica a racionalização e modernização da estrutura produtiva implantada entre os anos 50 e 70. Tal fenômeno influenciou o nível de emprego e atingiram os setores mais estruturados e organizados da economia. A criação de novos postos no mercado de trabalho foi reduzida e o desemprego cresceu. A intensificação da entrada de capital na economia e no mercado de trabalho marcou o período entre 1993 e 1996. Com a crise asiática de 1997, a situação alterou-se radicalmente. Depois de 1997 o PIB teve baixo crescimento, a desvalorização do real em 1999 fez com que a inflação tendesse a aumentar, e as exportações e importações tornaram a crescer após 2002 com a retomada do crescimento da economia mundial.

A partir dos anos 1990, conforme Ramos (2006), várias mudanças marcaram o funcionamento do mercado de trabalho nacional implicando rupturas no padrão histórico, e a mais marcante foi à proliferação das práticas informais. O crescimento do setor informal é geralmente associado à precária qualidade de trabalho, fragilização da inserção do mercado e banalização dos vínculos empregatícios. A informalidade fomenta uma cultura de sonegação e desrespeito às normas legais, que é, muitas vezes, a razão de sua existência. O fato concreto é que ela existe e tem tamanho considerável. Às vezes, é bem vista na medida em que tem a capacidade de absorver contingentes de mão de obra qualificada que não encontram colocação no setor protegido, contribuindo para a redução da taxa de desemprego. O ônus associado aos encargos sociais do trabalho tende a produzir um incentivo à sonegação como forma de reduzir os custos e aumentar, ou manter margens de lucro, principalmente, em época de retração da atividade econômica.

No começo do Plano Real, a taxa de desemprego em 1994 era de 5,4%, e saltou em maio de 1998 para 8,2%. As taxas de crescimento do PIB foram muito baixas no período, o desemprego cresceu, como também, o endividamento externo e a dívida pública. Assim, o desemprego passou a ser a maior preocupação da equipe econômica.

Da mesma forma que o desemprego estava alto no começo do Plano Real, não está muito diferente em 2017. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) projetou a taxa de desemprego e o desemprego total de alguns países para o ano de 2017- 2018, explicitada na figura 1, a seguir:

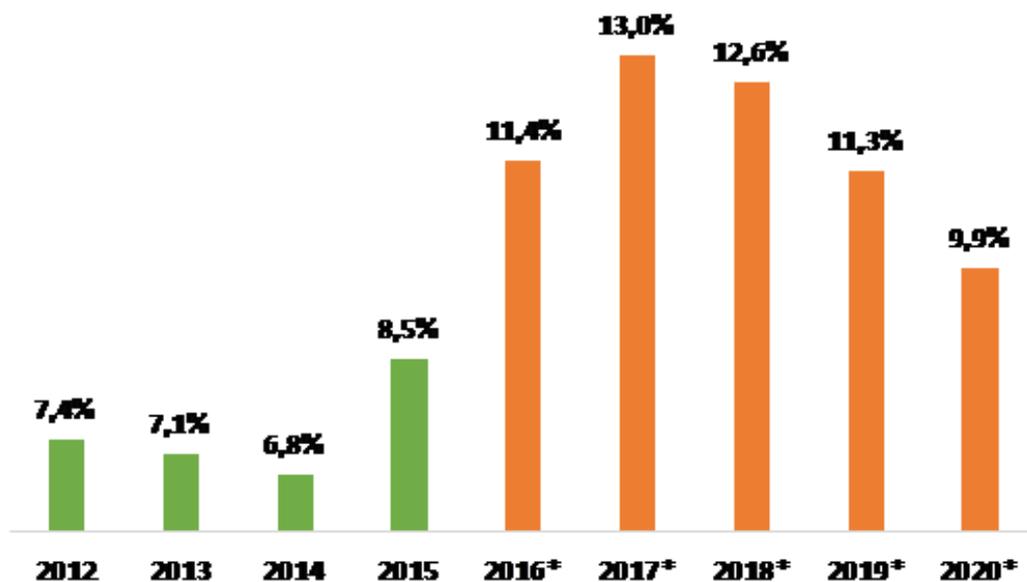
Unemployment developments, 2007-2018	Percentages				Millions		
	2007-2015	2016	2017	2018	2016	2017	2018
WORLD		5.7	5.8	5.8	197.7	201.1	203.8
Developed economies		6.3	6.2	6.2	38.6	37.9	38.0
Emerging markets		5.6	5.7	5.7	143.4	147.0	149.2
Developing economies		5.6	5.5	5.5	15.7	16.1	16.6
Arab States		10.7	10.6	10.5	5.8	5.9	5.9
Saudi Arabia		5.5	5.5	5.5	0.7	0.7	0.7
Eastern Asia		4.5	4.5	4.5	41.6	41.9	42.4
China		4.6	4.6	4.7	37.3	37.6	37.9
Japan		3.1	3.0	3.0	2.0	1.9	2.0
Korea, Republic of		3.7	3.6	3.7	1.0	1.0	1.0
Eastern Europe		6.2	6.1	6.0	9.1	9.0	8.7
Russian Federation		5.7	5.8	5.7	4.3	4.3	4.2
Central and Western Asia		8.9	9.2	9.3	6.6	6.9	7.1
Turkey		10.3	10.8	11.0	3.1	3.3	3.4
Latin America and the Caribbean		8.1	8.4	8.5	25.1	26.6	27.1
Brazil		11.5	12.4	12.4	12.4	13.6	13.8
Mexico		4.0	4.0	4.2	2.3	2.4	2.5

Figura 01: Tabela de projeções da OIT para o desemprego em 2017 e 2018 no mundo.
Fonte: (G1.GLOBO, 2017)

Os dados revelam que a projeção das taxas de desemprego no Brasil em 2017-2018 tende a se manter. Comparando com o México no mesmo período, observa-se que as taxas são bem menores a que do Brasil.

De acordo com Castelli (2017), com dados do IBGE, o ano de 2016 fechou com uma taxa média de desemprego de 11,4%, significando um aumento de 2,9 ponto percentual a mais da taxa média registrada no ano de 2015, que foi de 8,5%. Para 2017, a taxa média de desemprego deve alcançar 13%. Para o autor, a taxa de desemprego deve voltar a cair em 2018, a projeção é que apenas em 2020 a taxa média de desemprego caia abaixo de 10%. A previsão da taxa média de desemprego para 2018 a 2020 é representada a seguir:

Gráfico 01: Taxa média de desemprego (%)



Fonte: (CASTELLI, 2017)

Os dados revelam que a tendência da queda do desemprego deverá ser a partir de 2018 com queda de aproximadamente 0,4% em relação ao ano de 2017.

Para Castelli (2017), no período 2015-2016 houve a redução de 2,9 milhões de vagas de emprego formal e que, por um período de pelo menos quatro anos, os empregos perdidos devem ser recuperados. A previsão é que a população economicamente ativa deverá aumentar em mais de 7 milhões de pessoas no período compreendido de 2015 a 2020. Para os próximos anos, o desemprego deverá estar bastante elevado, pois para recompor as vagas que foram perdidas e absorver toda a mão de obra deverá levar um tempo maior.

Os problemas ligados ao desemprego estão relacionados com a mão de obra desqualificada, educação precária e má distribuição de renda no Brasil. Segundo a OIT (2017), o país só perderá em relação à taxa de desemprego para a China e para a Índia, países que apresentam uma população cinco vezes maior do que a brasileira. Ainda de acordo com a organização, em 2017, o mundo terá uma taxa de desemprego de 5,8%, ou seja, 3,4 milhões de desempregados a mais do que tivemos em 2016. Em números concretos, isso significa que teremos uma população mundial de 201,1 milhões de pessoas sem trabalho.

Assim sendo, a recuperação da economia com o Plano Real foi mais intensa do que a previsto atualmente. Espera-se que o mercado de trabalho atual apresente recuperação dos empregos perdidos em números melhores em um prazo de tempo mais curto.

CONCLUSÃO

O panorama econômico no Brasil começou a passar por profundas transformações a partir do ano de 1994. O período ficou marcado pela queda do nível de atividade econômica do país que, no primeiro momento, ocasionou a demissão de muitas pessoas aumentando a taxa de desemprego e acarretando a diminuição no crescimento do PIB. Em seguida, o governo mudou a condução da política cambial com a adoção do câmbio flutuante, por conseguinte, melhorando o quadro macroeconômico em direção à recuperação da atividade econômica.

Após quatro anos de implantação do Plano Real, o governo conseguiu diminuir a inflação sem recessão, aumentar o poder aquisitivo da população de baixa renda, reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida da população, além de diminuir a taxa de desemprego do país.

REFERÊNCIAS

CASTELLI, Luiz. **Desemprego volta ao mesmo nível de 2014 apenas em 2020.** Terraço Econômico, 2017. Disponível em: <http://terracoeconomico.com.br/desemprego-volta-ao-mesmo-nivel-de-2014- apenas-em-2020> Acesso em: 19 abr. 2017.

DEDDECA, Cláudio Salvadori. **Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil.** Revista de Economia Política, vol. 25, n. 1 (97), p. 94-111, 2005.

JORNADA, Maria Isabel Hertz. **O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e o Plano Real: principais evidências.** Indicadores Econômicos FEE, 2004. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/261/457> Acesso em: 08 set. 2017

MAIA, Alexandre Gori. **Distribuição de renda no mercado de trabalho brasileiro: uma análise para o período 1981 a 2005.** Campinas: IE/UNICAMP, 2006.

MENDONÇA, Heloísa. **Desemprego no Brasil atinge recorde e deve continuar subindo.** Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/29/economia/1469802574_842001.html. Acesso em: 20 abr. 2017.

NUNES, Neuza Maria de Siqueira. **O impacto da educação em diferenciais de rendimento do trabalho.** Dissertação de Mestrado, UCAM. Rio de Janeiro, 2011.

OIT. **OIT prevê que número de desempregados no Brasil chegará a 13,6 milhões em 2017.** G1 Globo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/oit-preve-que-n-de-desempregados-no-brasil->

chegara-a-136-milhoes-em-2017.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Alberto Gomes de. **Dez Anos de Plano Real**. IMB, 2004. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj1/03.htm> Acesso em: 19 abr. 2017.

RAMOS, Lauro. **O Desempenho Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro**. *In*: Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.